

A onça está com sede

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Com a sua visita ao Brasil, o presidente Bill Clinton está retomando viagem adiada desde abril por um acidente doméstico que evitou um timing desastroso, imediatamente antes da reunião da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, realizada em Belo Horizonte. Embora a agenda de assuntos de interesse bilateral seja extensa, há pouca dúvida de que o item mais importante da pauta é o progresso futuro das negociações relativas à integração hemisférica. A cooperação do Mercosul na integração comercial hemisférica é vital. Sob a ótica de Washington, pelo menos 60% dos mercados regionais relevantes, sem contar o Nafta, estão no Mercosul.

Para dar credibilidade aos seus negociadores, o Executivo dos EUA necessita a aprovação do Congresso para o *fast track* que, aprovando a lei, só poderá considerar o resultado das negociações de forma global, não votando destaques. A votação do *fast track* no Congresso foi planejada para que o voto favorável, dado como certo, da comissão de *Ways and Means* da Câmara de Representantes fosse expresso imediatamente antes da chegada do presidente Clinton ao Brasil. O resultado foi ambíguo, pois a moção foi aprovada com escasso apoio democrata. Os líderes republicanos já alertam que não levarão o projeto de lei a plenário, se não houver apoio mais substancial dos democratas.

Certamente um tropeço do Executivo nos esforços de negociar um *fast track* palatável do ponto de vista de democratas e republicanos seria bem-vindo do ponto de vista brasileiro, pois arrefeceria os ardores integracionistas mais extremados no governo dos EUA. Mas, segundo os especialistas americanos, esse cenário não parece o mais provável, a despeito das dificuldades. O *fast track* deverá ser aprovado e as alterações que provavelmente a proposta do Executivo sofrerá no Congresso serão no sentido de tornar mais intensas as potenciais fricções com o Brasil, pois deverão incluir compromissos quanto a padrões ambientais e normas trabalhistas para contentar os congressistas democratas.

Não deve ser subestimada a importância do *fast track* na agenda americana e, especialmente, na Casa Branca, que gostaria de extrair frutos políticos das negociações comerciais hemisféricas em tempo de usá-los na convenção democrata e na eleição presidencial. A atual política externa dos EUA reserva à política comercial um lugar de destaque que não ocupava anteriormente. O problema é que, paralelamente, o empenho de abrir mercados passou a privilegiar a ótica regional em detrimento da multilateral. A despeito do limitado compromisso da Cúpula de Miami, em 1994, de que as negociações da Alca estariam concluídas em 2005, os EUA têm reiterado seu objetivo de antecipar esse cronograma, sendo insistentes as menções a uma “colheita precoce” de resultados.

Mas a aprovação do *fast track* não alterará a substância das diferenças de visão e de interesse entre os dois países quanto à Alca. Brasil e EUA sabidamente divergem quanto ao escopo, cronograma e formato de negociação de formação de uma arca de comércio preferencial no hemisfério. Muitos dos temas, como meio ambiente e normas trabalhistas que, segundo os

EUA, deveriam receber tratamento prioritário, certamente não constam da lista de interesses brasileiros. É conhecida a relutância brasileira em engajar-se em negociações hemisféricas que gerem resultados em prazo muito curto. O governo considera de difícil absorção política interna uma redução adicional de proteção que se somaria à liberalização unilateral desde o início da década, aos compromissos de liberalização na Organização Mundial de Comércio (OMC) e ao cronograma de redução da tarifa externa comum no Mercosul.

Além disso, ao Brasil interessa preservar o que se acordou no âmbito do Mercosul, em especial diferenciando os objetivos, necessariamente mais modestos, de uma zona de comércio preferencial hemisférica, daqueles mais ambiciosos, de um mercado comum sub-regional em formação. O governo dos EUA não apenas tem tido dificuldades em aceitar essa visão diferente do Brasil, mas se tem dedicado a um perigoso jogo de distribuição de promessas de *business* no Cone Sul, envolvendo alianças preferenciais no contexto da Otan, suprimentos militares sofisticados e simpatia quanto a pleitos, ou obstrução de postulações, na ampliação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nada nesse minueto é capaz de cancelar a força dos fatos: o comércio dos países do Cone Sul com os EUA não passa de um quarto de seu comércio total. Nem mesmo Fred Bergsten, conhecido paladino da integração comercial com base em acordos preferenciais – em recente artigo no *The Economist*, fez apologia da atual política comercial americana –, conseguiu encontrar argumentos eficazes para explicar porque a integração comercial hemisférica faz sentido e porque os prazos de implementação devem ser curtos no hemisfério, e até 2020 na integração no âmbito da Asian Pacific Economic Forum (Apec).

Como se diz na roça: “Está na hora de a onça beber água”. Sabe-se que o presidente Fernando Henrique Cardoso já manifestou reticências até mesmo quanto ao cronograma de Miami. Será no mínimo incoerente se o governo flexibilizar a posição quanto à integração hemisférica, em nome das virtudes da liberalização, quando os últimos três anos foram marcados por diversos e importantes episódios de reversão setorial da liberalização comercial. Por exemplo, a farta distribuição de benefícios às montadoras de automóveis, através do regime automotivo, e a reabertura dos guichês de crédito subsidiado para os setores que a burocracia julga dignos de apoio. A flexibilizar a posição quanto à integração hemisférica teria sido melhor ter mais recato no abandono relativo na política de abertura nos últimos anos. Para um *global trader* como o Brasil é melhor ser liberal multilateralmente. Espera-se que haja vontade brasileira suficiente para persistir com a política atual.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.